

A CAMINHO DO PROGRESSO: RAÇA E IDENTIDADE NACIONAL NO BRASIL.

Carlos Antonio dos Reis (Unesp-FHDSS)

Antes de ser pensada em termos de cultura, ou em termos econômicos, a nação foi pensada em termos de raça.
Mariza Corrêa.

O século XIX, sobretudo em suas décadas finais, apresentava-se ao Brasil de maneira agitada e turbulenta. A vitalidade da Monarquia e da escravidão, instituições sobre as quais o Estado e a sociedade brasileira até então se assentavam, passa a ser questionada. Temas como a República, a abolição e a transição para o trabalho assalariado tornaram-se recorrentes e, independente do teor ideológico das discussões suscitadas, as falas refletiam uma preocupação maior, qual seja, a modernização do país.

Nesse sentido, Célia Marinho M. Azevedo em seu **Onda negra, medo branco** afirma que este período representa um “tempo de transição”, a passagem de um velho Brasil, colonial e em crise – ou que pelo menos entraria em uma se não fossem urgentemente efetuadas as transformações necessárias – por um novo, em que “um conjunto de táticas de controle e de disciplina seria aplicado a fim de atingir no futuro o tão sonhado tempo do progresso”, este obtido através da ordem e do preenchimento de uma carência básica: a nacionalidade; que seria forjada a partir de uma “população plenamente identificada com a idéia de pátria, de sociedade brasileira, não só em termos de limites geográficos como também no sentido de uma ética nacional” (AZEVEDO, 1987, p. 59-60).

Diante dessa modernidade iminente e de um progresso necessário, pensar o Brasil/Nação e os brasileiros/Povo constituía tarefa complicada, devido à heterogeneidade racial da população, a uma história de desigualdades e de estratificação social, legado de um passado colonial. Era preciso, portanto, criar no país as condições necessárias para se representar à nacionalidade, inserindo-o dentro dos moldes de civilização européia e norte-americana, naquela época, referências de progresso. Frente a esse desafio coube aos homens letrados do Brasil, tanto na historiografia, na literatura, como na imprensa – apesar das

diferentes orientações: ideais positivistas, o biologismo de Darwin, o evolucionismo de Spencer, o determinismo de Taine, os estudos sobre o meio e o clima de T. Buckle e a criminologia de Lombroso, para citar algumas – a constituição de um imaginário capaz de conferir identidade ao nacional, busca essa situada por diversos autores sobremaneira a partir dos anos de 1870 até as três primeiras décadas do século XX.

Nas palavras de Márcia Naxara, esse período de transição do século XIX para o XX aparece como um “momento privilegiado” na constituição desse imaginário, posto que houve uma grande influência de interpretações evolucionistas e deterministas da história, que, marcado pela força inelutável do progresso, dera origem a sistemas classificatórios que colocavam os povos como civilizados ou bárbaros (NAXARA, 1991/92, p. 183). Por sua vez, Lília Schwarcz enfoca esse momento, dentre outras coisas, como sendo um “aglutinador” de uma série de episódios relevantes para a história do país – final da Guerra do Paraguai, fundação do Partido Republicano, a lei do Ventre livre – ao mesmo tempo em que amadurecia um pensamento nacional a partir da atuação de alguns centros de ensino e pesquisa nacionais, institutos históricos, museus etnográficos, faculdades de Direito e Medicina¹ (SCHWARCZ, 1994, p. 139). Ainda, segundo Antonio Cândido, a década de 1870 se destaca pela presença de uma geração com “tendências eminentemente críticas, que se animava em esquadrihar a cultura nacional e dar-lhe orientação diversa” (CÂNDIDO, 1988, p. 39-40).² Destacaram-se nesse intuito, nomes como Silvio Romero, Euclides da Cunha, Alberto Torres, Nina Rodrigues, Manoel Bomfim, Machado de Assis, Tobias Barreto, Aluísio Azevedo, Graça Aranha, entre muitos outros.

Tem-se a partir de então um “circuito” de debates acerca da cultura nacional, que em última instância preocupava-se em estabelecer projetos para a consolidação do Estado e para se pensar o futuro do Brasil/Nação. Participavam desse processo segmentos sociais específicos, tanto membros das classes economicamente dominantes, como senhores de engenho, fazendeiros de café e grandes comerciantes, mais preocupados em buscar alternativas para a substituição da mão de obra escrava em suas fazendas; quanto membros das camadas médias, liberais e intelectuais, como professores, magistrados e pessoas ligadas a cargos burocráticos, estes sim mais voltados para o fortalecimento e a modernização do Estado (AZEVEDO, 1987).

Dentre esses diferentes segmentos sociais, num cenário em que se assistia a um acelerado crescimento das cidades e, uma conseqüente preocupação com a higienização do espaço urbano, na tentativa de prevenir o contágio de doenças, merece destaque a figura do médico. Este era fundamental, não só na sua função de curar, mas na medida em que conhecendo o organismo humano conheceria também o organismo social, a chamada “metáfora do corpo orgânico”, da qual nos fala Margareth Rago (1985, p. 167). O médico seria um misto de pesquisador e cientista, responsável não só pela saúde pública, mas também pelo controle social de determinados grupos, especialmente aqueles marginalizados, mestiços, negros e mulatos. Juntamente com os bacharéis em Direito, aos médicos cabia a missão de disciplinar a população, através da implantação de regras de higiene e normas de conduta moral relativas aos hábitos alimentares, sexuais e as habitações populares. Dessa proximidade entre médicos e juristas, e da reivindicação dessa tarefa de disciplinar a sociedade por estas duas categorias, teria surgido a medicina legal, que encontraria em Nina Rodrigues grande representação (RAGO, 1985; SCHWARCZ, 1993; CORRÊA, 1998).

A própria composição social da intelectualidade brasileira, via de regra, impedia a participação popular neste processo de construção da identidade, bem como também acabava por delimitar as representações que desta se fazia. Nesse sentido cabe a indagação de Márcia Naxara em **Estrangeiro em sua própria terra**: “[...] A quem chamar povo? Todos, alguns...?”; a qual responde em seguida: “Depende de quem fala, a respeito de quem e a quem se dirige a fala”. Para esta autora, houve uma “tensão” entre a realidade da população e a imagem “idealizada” que dela se pretendia, elegendo-se desta maneira, uma imagem negativa do brasileiro. Esta resultante de um olhar dirigido do alto, por parcelas da elite, que não se identificando com a população pobre e simples do país (a maioria), depreciava-a e anulava-a, “fazendo tabula rasa de sua existência” (NAXARA, 1998, p. 40).

Embora pertencer a determinado segmento social exerça certa influência, a nosso ver não determina o caminho adotado por esses pensadores na construção de suas tipologias sociais, pelo menos não como fator isolado. Pesa muito mais decisivamente neste processo as referências teóricas e a filiação destes pensadores a certas correntes do pensamento moderno que então se difundiam na intelectualidade do país. Nessa mesma direção, Mariza Côrrea afirma que estes intelectuais não devem ser encarados apenas como “porta-vozes” de suas

respectivas classes de origem. Suas atuações tomaram caminho e contexto diversos, sendo a delimitação de seus objetos de estudos a melhor forma de compreendê-los. “Homens de seu tempo”, filiados a determinados campos profissionais e instituições que, elegendo a raça como critério da nacionalidade, percorreram um caminho ambíguo, ao passo que, ao definirem seu objeto de estudo, o povo brasileiro, definiam-se enquanto categoria social (CORRÊA, 1998, p. 41 e segs.).

No pensamento brasileiro, questões que então se colocavam – a ciência, o progresso, a Nação e a identidade – cruzavam-se obrigatoriamente com uma outra questão muito delicada: a raça.³

Cabe aqui um parêntese para expormos que a questão da raça já fora exaustivamente analisada em diferentes momentos e com diferentes enfoques pela intelectualidade brasileira. A produção acadêmica, tanto na historiografia como na sociologia é vasta principalmente no tocante a recepção das teorias raciais no Brasil ora analisado. Autores como Nelson Werneck Sodré e Dante Moreira Leite, entendem que a recepção e a adoção do racismo científico por nossa camada letrada são provas do “‘mimetismo’ da nossa cultura local” (VENTURA, 1991, p. 59, aspas do autor). Na mesma linha temos o brasilianista americano Thomas Skidmore, que, já no prefácio de sua obra **Preto no branco** deixa clara sua posição:

[...] Os brasileiros liam tais autores, de regra sem nenhum espírito crítico e ficavam profundamente apreensivos. Caudatários, na sua cultura, imitativos no pensamento – e, cômicos disso – [...] estavam mal preparados para discutir as últimas doutrinas sociais da Europa. (SKIDMORE, 1976, p.13).

Temos, por outro lado Nilo Odália, que avalia que o problema em Skidmore está nessa sua visão de que o pensamento racial brasileiro “não decorre, diretamente, de condições internas, mas é simplesmente produto reflexo de uma moda européia, que se espraia numa cultura ‘derivada’ e dependente” (ODÁLIA, 1977, p. 129, aspas do autor). Criticando essa idéia de simples reprodução presente nos autores supracitados, Roberto Ventura – em posição da qual compartilhamos – defende que no Brasil,

[...] os sistemas de pensamento europeus foram integrados de forma crítica e seletiva, segundo os interesses políticos e culturais das camadas letradas preocupadas em articular os ideários estrangeiros à realidade local. (VENTURA, 1991, p. 60).

Voltemos, pois, ao contexto brasileiro do Oitocentos. “Um grande laboratório racial”, segundo Schwarcz, essa era a imagem que se fazia do Brasil. Imagem de uma nação mestiça, híbrida, portanto degenerada, obtida através das várias impressões deixadas por diversos viajantes e naturalistas em seus relatos e que encontravam ampla acolhida e difusão entre os intelectuais brasileiros, espalhados em alguns centros de conhecimento nos diversos cantos do território (1994, p. 137 e segs.). Relatos que, muitas vezes, ao diminuírem os homens, realizavam movimento contrário quando o objeto observado era o meio, a natureza – “exótica, bela, poderosa” –; hiperbolizada em contraste com a pequenez do elemento humano – “selvagem, desinteligente, inferior” (NAXARA, 2004, p. 294).⁴ Como forma de ilustrar o teor racista da época, permeado por concepções etnocêntricas, transcrevemos a seguir um trecho dos vários relatos deixados por essa literatura de viagens acerca do Brasil:

Aqueles que põem em dúvida os efeitos perniciosos da mistura de raças e são levados por falsa filantropia, a romper todas as barreiras colocadas entre elas, deveriam vir ao Brasil. Não lhes seria possível negar a decadência resultante dos cruzamentos que, neste país, se dão mais largamente do que em qualquer outro. Veriam que esta mistura apaga as melhores qualidades, quer do branco, quer do negro, quer do índio, e produz um tipo mestiço indescritível cuja energia física e mental se enfraqueceu [...]. (AGASSIZ, 1865-66/1975, p. 180 apud NAXARA, 2004, p. 195)

De maneira geral, tanto nesses relatos de viagem como na obra de intelectuais como Silvio Romero, Euclides da Cunha e Nina Rodrigues, entre outros, o Brasil aparecia, condicionado pelo seu passado colonial, como um “amalgama” de raças, não haveria, portanto uma raça “pura” e, baseando-se em premissas deterministas e/ou evolucionistas, muitos consideraram que a miscigenação dera origem a um povo composto por “sub-raças”, fraco, doente, vadio, incapaz de obter algum êxito em constituir uma nação. Tal processo havia degenerado a “raça brasileira”. Guiados por uma “emergência do progresso” e atribuindo o atraso do país a sua composição racial, alguns entenderam serem urgentes posicionamentos e providências, para que o “mal”, que vinha, sobretudo da raça negra e das más influências da escravidão não proliferasse, desviando o Brasil do caminho sem voltas do progresso.⁵

Condenado à luz das explicações raciais e mesológicas então em voga, o Brasil, através de seus intelectuais, em sua ânsia de constituir a nacionalidade, inquietava-se: como trazer a civilização, entendida a partir de referenciais externos, à estas terras? Em perspectiva semelhante, Célia Azevedo (1987, p. 33) vai mais fundo e resume essa ansiedade dos “homens bons” do Brasil da seguinte forma: “O que fazer com o negro após a ruptura da polaridade senhor/escravo, presente em todas as dimensões da sociedade?”.

Ou seja, em outras palavras, o que se colocava era como conciliar a presença de uma população essencialmente negra ou mestiça, por isso indesejada, nesse processo de consolidação de uma possível identidade nacional, pensada a partir das elites brancas?

Durante esse período, produziu-se um pensamento que, embora se utilizasse de modelos teóricos europeus – positivismo, evolucionismo, darwinismo social – era dotado de uma originalidade e não se limitava a uma mera “importação de idéias”, como defende Skidmore. O que fica claro ao observarmos as várias facetas que o debate racial tomou no Brasil. Algumas das propostas sugeridas para que essa considerável camada da população, “indelevelmente marcada pela sua cor”,⁶ fosse incorporada pelo ideário nacional, levava, por vezes, à direção contrária, excluía-a na medida em que, negociando com as teorias raciais, muitas delas passavam pelo gradual “branqueamento da raça”,⁷ através da mestiçagem, já que o elemento branco era considerado biológica e moralmente superior aos demais. Tal teoria encontrou amplo respaldo na classe dominante do Brasil e teve em Silvio Romero seu principal expoente, já outros, como Nina Rodrigues, enxergaram na miscigenação não a “cura” para os males do país, pelo contrário, apontava para a “degeneração” que esta causara na conformação étnica brasileira.

A medida que ia se construindo um pensamento nacional, buscava-se forjar uma imagem para o negro. Como sugere Mariza Côrrea,

[...] O momento em que o negro se tornou ‘livre’ no Brasil coincidiu não só com a emergência de uma elite retórica, como também com o surgimento de um discurso científico, etnológico, que tentava instituir para ele uma nova forma de inferioridade, retomando os ensinamentos de nossa história escravista recente. (1998, p. 64, aspas da autora)

Na maioria dos autores, influenciados pelas máximas do darwinismo social, a tendência foi sobrepor a figura do branco, muitas vezes idealizada, frente aos demais tipos étnicos. Negros e mestiços foram gradativamente alijados das esferas sociais e colocados como inferiores nas variadas representações constituídas acerca do brasileiro. Representações que, construídas ideologicamente, ganharam foro de “verdade científica” e de “mito”, cristalizando-se no imaginário brasileiro e internalizando-se no próprio povo (SOUZA, 1983; NAXARA, 1998).

O negro foi eleito por muitos dos pensadores que se dedicaram à missão de erigir a nacionalidade como um empecilho, um obstáculo, não só devido a sua “natureza bárbara”, cada dia mais reforçada pela ciência, como também por sua condição de escravo, que, segundo alguns, lhe conferia certa irracionalidade e incapacidade de assimilar outros modos de vida que não o servil. Logo, representava um retrocesso para o moderno que se mostrava de forma avassaladora ao país e, não serviria de base para se assentar possíveis concretizações do nacional. Como na analogia de Thomas Skidmore (1976, p. 70), “o negro estava fadado à extinção, como os dinossauros, ou, pelo menos, à dominação pelas raças brancas [...] como poderia um reles brasileiro teimar com a evolução?”.

¹ Entre essas instituições de saber nacionais, a autora destaca o Museu Nacional do Rio de Janeiro e a figura do antropólogo Roquete Pinto; os Institutos Histórico-geográficos de São Paulo nas figuras de Euclides da Cunha e mais tarde, Oliveira Vianna; as Faculdades de Direito do Recife (Escola do Recife) com Tobias Barreto e Silvio Romero e a de Medicina da Bahia, cujo nome mais representativo é o de Nina Rodrigues.

² Segundo Roberto Ventura a expressão “geração de 70” deve ser colocada sempre se utilizando aspas, uma vez que representa mais uma proximidade temporal, do que uma homogeneidade ou unidade de pensamento entre aqueles pensadores (VENTURA, 1991, p.10). Já Antonio Cândido ao utilizar a expressão “orientação diversa”, se refere ao fito daqueles intelectuais de romper com os ideais românticos até então presentes na cultura nacional.

³ A idéia de se pensar o Brasil partindo da variável raça não é em si própria deste período. Já havia aparecido anteriormente, tanto na literatura romântica, que elegera o indígena como representante da brasilidade, quanto na historiografia, em concurso realizado em 1840, pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) para se discutir a melhor forma de escrever a História do Brasil. A proposta vencedora foi a do naturalista alemão Karl Friedrich P. von Martius, que, em linhas gerais, defendia que qualquer um que se dispusesse a tal tarefa deveria levar em consideração a presença das três raças como contribuição a formação do brasileiro.

⁴ Essa relação de inferioridade do homem brasileiro diante da natureza, presente nos relatos de viajantes, foi assinalada por Naxara (2004) cf. especialmente o cap. “O Brasil no inventário do mundo: literatura de viagens”.

⁵ Interessante nessa linha de argumentação a interpretação realizada por Célia Azevedo (1987). A autora analisa a presença de uma tendência racista, permeada pelo medo nas elites brancas em

relação ao negro, trabalhando para tanto desde crônicas de jornais, até projetos políticos de legisladores do estado de São Paulo, favoráveis à imigração a fim de clarear a população do país.

⁶ Expressão utilizada por Márcia Naxara (1988, p. 40).

⁷ Há algumas divergências no que se refere à presença do ideal de branqueamento da raça no Brasil. Historiadores como José Carlos Reis (2001) e Nilo Odália (1977), já lhe atribuem certo destaque a partir da obra de Varnhagen, por volta de 1850; outros como o brasilianista americano Thomas Skidmore (1976) acreditam que esse passa a existir somente a partir da influência das teorias raciais européias, por volta de 1870. Segundo Célia Maria M. Azevedo, o que houve foi que “[...] a idéia de inferioridade dos africanos, vista até então em termos do seu ‘paganismo’ e ‘barbarismo’ cultural, começou a ser revestida por sofisticadas teorias raciais, impressas com o selo prestigioso das ciências.” (op.cit., p. 61-2).

Referências Bibliográficas

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – século XIX**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

CÂNDIDO, Antonio. **Introdução ao método crítico em Silvio Romero**. São Paulo: USP, 1988.

CORRÊA, Mariza. **As ilusões da liberdade : A Escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil**. Bragança Paulista: EDUSF, 1998.

NAXARA, Márcia Regina Capelari. **Cientificismo e Sensibilidade Romântica: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX**. Brasília: Ed. UnB, 2004.

_____. A construção da identidade um momento privilegiado. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo: v.11, nº23/24, set.91/ago. 92, p.181-190.

ODÁLIA, Nilo. O ideal de branqueamento da raça na historiografia brasileira. In: **Contexto**, São Paulo: HUCITEC, v. 03, 10/07/1977, p.127-136.

RAGO, Luzia Margareth. “A desodorização do espaço urbano” In: **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 163-203. (Estudos Brasileiros, v.90)

REIS, José Carlos. **As Identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. “Espetáculo da miscigenação” In: **Estudos Avançados**. São Paulo, v.8, n.20, abr./1994.

_____. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870/1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SKIDMORE, Tomas E. **Preto no branco:** raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro:** as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Graal, 1983. (Tendências, v.4)

VENTURA, Roberto. **Estilo tropical:** história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.